



ao espaço primeiro da sua existência terá sido de algum modo imprecisa, como se no caso o brilho do percurso e a grandeza da obra se houvessem imposto por oposição a circunstâncias adversas, graças ao denôdo com que aos fortes é dado enfrentar a adversidade, ao génio do homem que soube converter a ausência de condições em estímulo, em suplementar força para a superar.

Terá sido por mero acaso que Francisco de Lacerda nasceu em S. Jorge, numa ilha que nada contribuiu para o percurso e a obra que ele aturadamente construiu? Forçado a abandoná-la para poder ser quem foi, pouco mais teria ficado a dever à terra em que nasceu do que o impulso para fora dela procurar o que ali não podia ser-lhe concedido? Com efeito, de uma aldeia perdida numa das ilhas perdidas a meio do Atlântico até à que foi chamada a Cidade-Luz, demandada por muitos, particularmente no período em que nela fez o seu lugar o músico jorgense, maior não podia ser o contraste entre a obscuridade do começo e o brilho do fim, entre a modéstia do ponto de partida e o triunfo na meta. “A Fragueira ou Paris”, o dito que na ilha lhe é atribuído mas que não encontramos escrito nos papéis que nos deixou, bem pode ser entendido como a expressão aforística da admiração que suscita esse milagre – que, como todos os milagres, convém interrogar.

Nada do que escreveu Francisco de Lacerda sobre a sua ilha – que não é muito, que nem por isso deixa de ser eloquente – nos autoriza a supor que ele houvesse alimentado alguma espécie de ressentimento pelo que nela não encontrou. Além do afecto que habitualmente liga cada homem ao lugar onde viu a primeira luz e ensaiou os seus primeiros passos, o que lhe conhecemos é a expressão do comovido enlêvo perante a beleza desse espaço, centrado no microcosmos da fajã da Fragueira, onde passou a maior parte da infância, entre a falésia e o mar, face à mole imponente da fronteira ilha do Pico. Assim deixou escrito, na língua que não foi a da sua infância, mas a do espaço cultural que lhe permitiu dar toda a medida do seu talento: “A Fragueira! Souvenirs qui se confondent avec la rumeur de la mer, le chant des oiseaux, l’odeur des plantes, la lumière et les ombres, les jeux des vagues, l’horizon sans limites... Cela était si harmonieux, si parfaitement beau, que je n’ai pu apprendre, dans toute ma vie, les mots qu’il faudrait pour en donner une vague idée de toute la beauté de cette période. Il aurait fallu de la peinture, de la musique et des vers – comme ceux du Dante! Les miens.”

Os versos que se referem à terra natal daquele que, músico genial, foi também poeta de algum mérito (que temos de revelar!), prosseguem esse enaltecimento da terra-mãe, mesmo quando nele alguma tristeza se possa entrever. O soneto “No Mar (Em vista dos Açores)” foi escrito quando da sua última visita ao arquipélago, em 1928, cerca de seis anos antes da morte, e dele extraímos: “Amaina e muda o rumo, ó timoneiro / Devagar vai, enquanto os olhos pouso / No meu berço florido e tão saudoso, / – Que foi também meu triste cativo.”

Quando em 1912, depois de quatro anos como director artístico da orquestra do Kursaal de Montreux, assina contrato para a direcção da orquestra da Association Artistique de Marseille na temporada de 1912/13, sabe já que regressará a Portugal em 1913, para viver, não em Lisboa, mas na ilha natal, agora na Urzelina. A morte de seu pai, a herança da fortuna de seu irmão José de Lacerda, o seu próprio estado de saúde, a eclosão da primeira Guerra Mundial, terão pesado seguramente na decisão de interromper uma carreira europeia de director de orquestra, mas não explicam totalmente a opção pelo regresso aos Açores, onde permanece entre 1913 e 1921.

Não foi contra S. Jorge, não foi contra os Açores que Francisco de Lacerda fez um excepcionalíssimo percurso que à partida pareceria vedado a alguém que não nasceu, por exemplo, em Paris, ou mesmo em Lisboa. O arquipélago, a ilha, não foram para o músico a condição negativa, por assim dizer, duma carreira brilhante que ali apenas houvesse encontrado, na total falta de condições para o florescimento do seu génio, o estímulo a procurar longe o pão para a fome que o consumiu.

Cremos que a chave para o entendimento dessa carreira, para além do que radica no esforço do homem, nas suas próprias qualidades, nível explicativo com que habitualmente nos bastamos, se encontra na família em que ele nasceu e humanamente se desenvolveu nos primeiros anos de existência. E nisso vemos menos a herança biológica, genética – porventura mais polémica – do que a família enquanto contexto, como natural espaço de transmissão dos valores que os indivíduos que a ela chegam fazem seus. Entendemos, pois, que a questão de que partimos, como a devemos formular, se exprime adequadamente do modo seguinte: se no final do século XIX e em princípios do século XX os Açores não tinham as escolas de música e as orquestras que a Francisco de Lacerda ofereceram Paris, Nantes, Montreux, Marselha, permitindo-lhe impor-se como o músico excepcional que era, deram-lhe em todo o caso a família em cujo seio ele primeiro se apercebeu desse prodígio que, por via da impalpável realidade dos sons, organizados para a produção daquilo que designamos arte, nos permite dar ao mundo, ao homem, algo que ele não tem, de que precisa.

Aquele que nasceu na Ribeira Seca, que viveu a infância na reclusão da Fragueira, cederá um tema para uma das obras de um dos maiores génios musicais que a humanidade produziu, Claude-Achille Debussy, deixando-nos também ele uma obra de compositor que, influenciada, entre outros, pelo grande músico francês, é... a de Francisco de Lacerda; verá Ernest Ansermet considerá-lo “genialmente dotado” como compositor, reconhecendo mais tarde que ao músico açoriano ficou a dever o impulso que o tornou num dos maiores directores de orquestra do seu tempo. Mas, ao contrário de seus amigos Debussy e Ansermet, não

nasceu nas imediações de Paris ou nas margens do lago Léman quem hoje temos de reconhecer como o primeiro director de orquestra de carreira internacional na história da música portuguesa, quem a essa história traz o chamado impressionismo musical, legando uma obra de compositor representativa dessa corrente. A vários outros títulos ainda – o de investigador da música portuguesa, nas suas vertentes histórica e etnográfica, interessado pelo bailado e rítmica, pela poesia – devemos reter o nome do músico da Ribeira Seca, da Fragueira, da Urzelina, da ilha de S. Jorge, dos Açores!

É numa das ruas de Marselha que em 1912 outro açoriano se detém, envaidecido, perante um cartaz em que se destaca o nome de Francisco de Lacerda. De regresso a Lisboa, o padre e também músico, nascido na ilha Terceira, Tomás Borba relata num artigo intitulado “Impressões de viagem”, que publica no periódico *Eco musical* de 16 de novembro daquele ano: “Foi pois com certo enleio que entrando no mês passado em Marseille, aborrecido com a inconveniente demora de três dias a que o Prinzessin me obrigava ali, extra programa, deparei na primeira esquina da Cannebière com a solenidade de um enorme cartaz, anunciando os concertos clássicos da Association Artistique de Marseille, sob a direcção de M. F. de Lacerda, Chevalier de la Légion d’Honneur, Officier de l’Ordre de St. Jacques et de l’Épée.

Tive neste momento, confesso, a impressão pouco virtuosa que dão as grandes vaidades satisfeitas; porque o actual director da orquestra marselhesa, além de português, é, como eu, ilhéu genuíno, filho dos Açores e herdeiro por consequência, de todas as qualidades e defeitos desse povo austero e bom, que o mar isolou e, com o ciúme feroz de um feiticeiro eunuco, adormenta ao ritmo emba-lador de suas cantigas.

Eu estava de antemão informado do valor artístico da orquestra de Marseille, na qual a Association Artistique, fortemente ajudada pelo estado e pelo Município, consegue reunir muitas vezes os melhores elementos do seu país, como são, actualmente: o violino Alberti, o trompista Letellier, o trombonista Jourdan, o violoncelista Bonnin, o trompetista Roux, o flautista Sarrazin, e outros artistas que gozam, em todo o mundo musical, de merecida fama.

Soube depois que a escolha do actual director desta orquestra tinha sido feita dentre cerca de vinte concorrentes, tendo-se o comité inspirado, para a sua preferência, em indicações de Vincent d’Indy, que continua vendo em Francisco de Lacerda o seu melhor discípulo e continuador.”

\*

\* \*

“Aquém e além...”, consignado à ilha de S. Jorge, foi o lema proposto para este encontro. Como sabemos, aquém é, pode ser, além, consoante o local onde nos posicionarmos, para olharmos. Em S. Jorge, o Topo, por exemplo, será o topo de quê, para quem? Não o é para os que lá vivem, como não o é a oposta Ponta dos Rosais, ainda que tenham ambos os lugares o mar em frente. O Topo, aliás, tem em frente o mesmo mar dos Rosais, como o das Velas é o da Calheta e da Fragueira – de todas as fajãs da ilha. No universo, porventura infinito, alto e baixo, em mais do que um sentido, correspondem-se, e o verdadeiro começo, para muitos, encontra-se esperançadamente no fim. Nas ilhas, de um modo particularmente evidente, os percursos tendem a ser circulares, tendo quase sempre por companhia o mar que as limita em todo o seu traçado. É o que lembrou, a encerrar *Mau tempo o canal*, Vitorino Nemésio, de quem nos socorreremos: o mar que toca todas as terras, aproxima o que é aquém e o que se encontra além, reúne oriente e ocidente, norte e sul. Tem por isso o romance o seu epílogo no mar, o mar dos Açores, que não difere de todos os outros mares, porque é... o mesmo mar!

Significativamente, S. Jorge foi a ilha que Vitorino Nemésio, no romance visto de algum modo como epítome da existência humana como ela se configurou nos Açores, elegeu, no coração geográfico do arquipélago, por expressão de insularidade máxima. E aquele que na primeira metade do século XX foi, por assim dizer, o primeiro teórico da açorianidade, e por conseguinte da insularidade, lembrou repetidamente que insularidade e isolamento têm o mesmo étimo: do termo latino “insula” derivam conjuntamente o português “ilha” e o italiano “isola”; deste último deriva o termo “isolamento”. Donde deve concluir-se que dizer ilha e isolamento seria, afinal, quase o mesmo, segundo esta lógica etimológica que qualquer dicionário confirmará.

Margarida Dulmo, a forte figura de mulher em torno à qual o talento do romancista estruturou a sua obra maior, à ilha de S. Jorge arriba – de forma excessivamente rocambolesca, reconheça-se – numa canoa de baleeiros, pernoitando entre estes, numa furna. Ali, no romance, é depois acolhida pela família onde encontraria o bom rapaz que, pelo casamento, a faria reconciliar com a terra e esquecer a sede de Londres e de Paris, o impulso de fuga da ilha, fosse esta a do Faial, fosse a de S. Jorge, ou qualquer outra. A família do Barão da Urzelina, que pela mão de Nemésio é descomplexadamente introduzida na nobiliarquia açoriana, configura esse apego à terra e aos seus valores, de que Margarida, irrequieta, inquieta, tende irresistivelmente a fugir.

S. Jorge parece servir a que o romancista nos diga isso. Mas a ilha de S. Jor-

ge que antes de mais nos interessa, que interessa aos que a tiveram como berço e espaço de vida, servirá como símbolo açoriano de insularidade, quer dizer, de isolamento, nesse grupo de ilhas a que chamam Central, num arquipélago que inclui dois outros grupos de ilhas, a oriente e a ocidente? Reconheçamos que o criador é livre, precisa de ser livre para criar, podendo buscar os seus símbolos onde entender, onde os achar mais adequados. Mas, se assim fosse, seria esse um Grupo Central estranhamente centrífugo, com os seus polos de desenvolvimento urbano nos seus extremos geográficos: as cidades de Angra, na ilha Terceira, e da Horta, na do Faial.

Sabemos que, a insistirmos nestes termos, incorremos no risco de nos bastarmos com as palavras, esquecendo que delas esperamos a referência a algo de existente, que já pertença ao mundo, à realidade. Basta permanecermos na costa sul de S. Jorge para nos apercebermos de que esse conjunto de ilhas que nos Açores se designa de Grupo Central se articula num todo efectivo, que a nossa própria vista confirma. E não o é por simples proximidade geográfica, como o não é de hoje apenas, por força da aldeia global em que se volveu o mundo: sempre foi assim, desde que acolheram povoadores aquelas ilhas, mesmo que não à velocidade do presente, apenas à velocidade das velas que de ilha a ilha impeliam os barcos.

A história da família de Francisco de Lacerda ilustra-o. Os Lacerda da ilha de S. Jorge descendem de um capitão Caralta da Horta, informa no início do opúsculo *Os meus antepassados* João Caetano de Sousa e Lacerda, pai do nosso músico. À do Pico fora o pai deste, com a benção da mãe, buscar esposa. Para igrejas de mais do que uma ilha construiu órgãos seu irmão Tomé Gregório de Lacerda, organeiro.

Mais ou menos do que as demais ilhas, é S. Jorge pátria dos que ali nasceram e morreram sem dos seus limites haverem saído, como daqueles que dela dizemos que fugiram. Destes, uns, forçados pela necessidade de alimentar o estômago, outros, compelidos pela fome do espírito, tendo na ilha o estômago satisfeito. No número mais restrito dos que integraram esta emigração do espírito, vemos alguém chegar até Paris, vergando uma parte da Europa ao seu talento.

É, podemos repetir, aparente o milagre que representa esse triunfo. Não tendo a obrigação de esclarecer o que os homens de ciência, entre o sim e o não, até agora não esclareceram, não sabemos se se tratará aqui de algo inato, ou de adquirido, de estimulado pelo contacto com o meio. Reconhecemos na personalidade de Francisco de Lacerda todas as características que o predispunham à aventura levada a cabo: a insatisfação ambiciosa, a pluralidade de aptidões – tendo por evidente que o percurso excepcional que fez se explica, em grande parte, pela família a que pertenceu.

É essa família, num primeiro grande traço, ainda a família patriarcal e a família extensa do Antigo Regime. Uma das primeiras dificuldades que tem de vencer o estudioso da biografia do músico é a intrincada rede de tios e tias, e primos e primas, que rodeiam o menino, o rapaz, que mais tarde escolherá a música como seu caminho. Constatará que essa família, albergando sob o mesmo tecto várias gerações, consubstanciava, além de uma rede de solidariedade e de afectos, todo um sistema de valores, seguramente arraigado na mente dos seus membros. Os testemunhos que o exprimem são inúmeros, e mesmo isso agora nos interessasse, não tentaremos aqui descrever esses valores. Recorde-se, em todo o caso, que a família a que chega em 1869 Francisco de Lacerda tinha, pela pessoa de seu avô paterno, capitão de milícias, combatido o invasor liberal, que longo prazo faria ruir esse ancestral sistema de valores.

Destaquemos, nesse universo familiar, um valor que somos propensos a atribuir ao liberalismo precisamente: a importância que, muitas gerações antes da imposição do regime liberal, é nele dada à instrução. Desde as restritas estruturas de ensino do Antigo Regime ao ensino primário e secundário de que já usufruem alguns da geração de Francisco de Lacerda, são bastas as notícias que configuram um caso que não terá sido, infelizmente, o da generalidade das famílias jorgenses, açorianas, portuguesas. Recorramos, de novo, à memória familiar preservada em *Os meus antepassados*: “Depois de três anos de estudo em Angra, meu pai e irmão voltaram à família, então representada por meu bisavô, minha avó, e sua filha D. Rita”. Cremos que este ensino de que usufruiu João Caetano de Sousa, avô de Francisco de Lacerda, e seu irmão Tomé Gregório Teixeira, e se prolongou por três anos em Angra, em finais do século XVIII, terá decorrido no Convento dos Franciscanos. Foi, em alternativa, a padres mais próximos, no Topo ou mesmo no Pico, que a família recorreu ao longo de gerações para a formação dos rapazes.

O pai de Francisco de Lacerda formou-se ainda neste sistema de ensino centrado em instituições eclesiásticas, ou confiado a elementos da Igreja. Compreende-se, pois, que tenha aprendido latim, traduzido clássicos latinos. A passagem seguinte do opúsculo que vimos citando ilustra o estímulo às letras e o gosto da leitura que também na casa em que cresceu se cultivava, o que em parte explica a qualidade de escrita que marca a obra de João Caetano de Lacerda: “Quando (1847) regresssei do estudo publicava-se a 1.<sup>a</sup> série do Panorama colaborado por Herculano, Castilho, Mendes Leal, Oliveira Marreca e outras brilhantes penas, iniciadoras da nossa época romântica. Nas noites era obrigatório o serão de leitura do Panorama. Assentada à mesa, minha avó mandava-me ler, de preferência os romances históricos, durante as duas ou três horas que precediam a ceia. Escutava com profunda atenção e se vinham interromper a leitura com alguma pergunta, lá começava a desenhar-se o tal franzimento de sobrolho e... era bater em retirada...”



O significado desta importância tradicionalmente atribuída à instrução na família Lacerda é porventura mais evidente se considerarmos que não se trata duma das poucas famílias jorgenses que, desde a primitiva distribuição da terra, nos primórdios da história açoriana, foram bafejados com a posse de largas porções da mesma. Temos hoje tendência para esquecer este facto talvez porque na Urzelina (e em S. Miguel, para permanências nas Furnas e em Ponta Delgada), entre 1913 e 1921, Francisco de Lacerda fez de algum modo vida de *grand seigneur*, o que lhe adveio da fortuna herdada de seu irmão José, sucessivamente consorciado com as duas filhas de D. Marta da Silveira, esta, grande proprietária. Até à transferência desta fortuna, por morte de José de Lacerda em 1911, para as mãos de seu pai, e por morte deste em 1913, para as de Francisco de Lacerda, a situação da família parece ter sido, de um ponto de vista material, assaz modesta.

Esta circunstância que de algum modo floresce em Francisco de Lacerda e em seu irmão José, médico distinto e também poeta, tem na geração anterior suporte num homem verdadeiramente culto que tivemos o gosto de revelar, pela publicação das cartas que dirigiu a seu filho em Paris. É notável, com efeito, o perfil humano de João Caetano de Sousa e Lacerda, em que instrução e cultura se aliam a sólidos valores éticos fundados numa visão cristã da existência, como testemunham, de facto, as *Cartas a Francisco de Lacerda*.

Visto que a um músico no referimos, a um grande músico, impõe-se centrarmos esta temática na música. Com efeito, ao gosto das letras junta-se, na família Lacerda, como é também sabido, o gosto da música, podendo quase afirmar-se que se trata de mais uma das muitas dinastias que se repetem na história da música. Abudam efectivamente os cultores desta arte na geração anterior à de Francisco de Lacerda, e em outras seguramente, merecendo referência, além de seu tio Tomé Gregório de Lacerda, organeiro, outros que serviam diversas igrejas na ilha, mormente a da Fajã dos Vimes, mais próxima da Fragueira, além de seu pai, que justamente para si reclamava a honra de ter sido o primeiro mestre de seu filho no domínio em que se iria destacar.

Podemos continuar a considerar o milagre que configura o percurso e a obra de Francisco de Lacerda, mas um milagre que, seguramente, terá explicação. E esta, como procurámos mostrar, não se encontra apenas em Lisboa e em Paris, onde o grande músico também aprendeu, mas já na ilha de que partiu, na música que ali aprendeu, que ali ouviu – do povo que fazia música sem saber música, da sua própria família, que sabia a música... que sabia.